

# Terras investigadas

Ana Lúcia Moura e  
Valéria Feitoza  
Da equipe do **Correio**

Wanderlei Pozzembom 15.08.02

O Ministério Público do Distrito Federal vai investigar mais de 100 projetos de leis complementares que definem índices de ocupação de condomínios. O promotor Fábio Barros, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), foi ontem à Câmara Legislativa pedir todos os projetos aprovados pelos deputados distritais de julho do ano passado até agora.

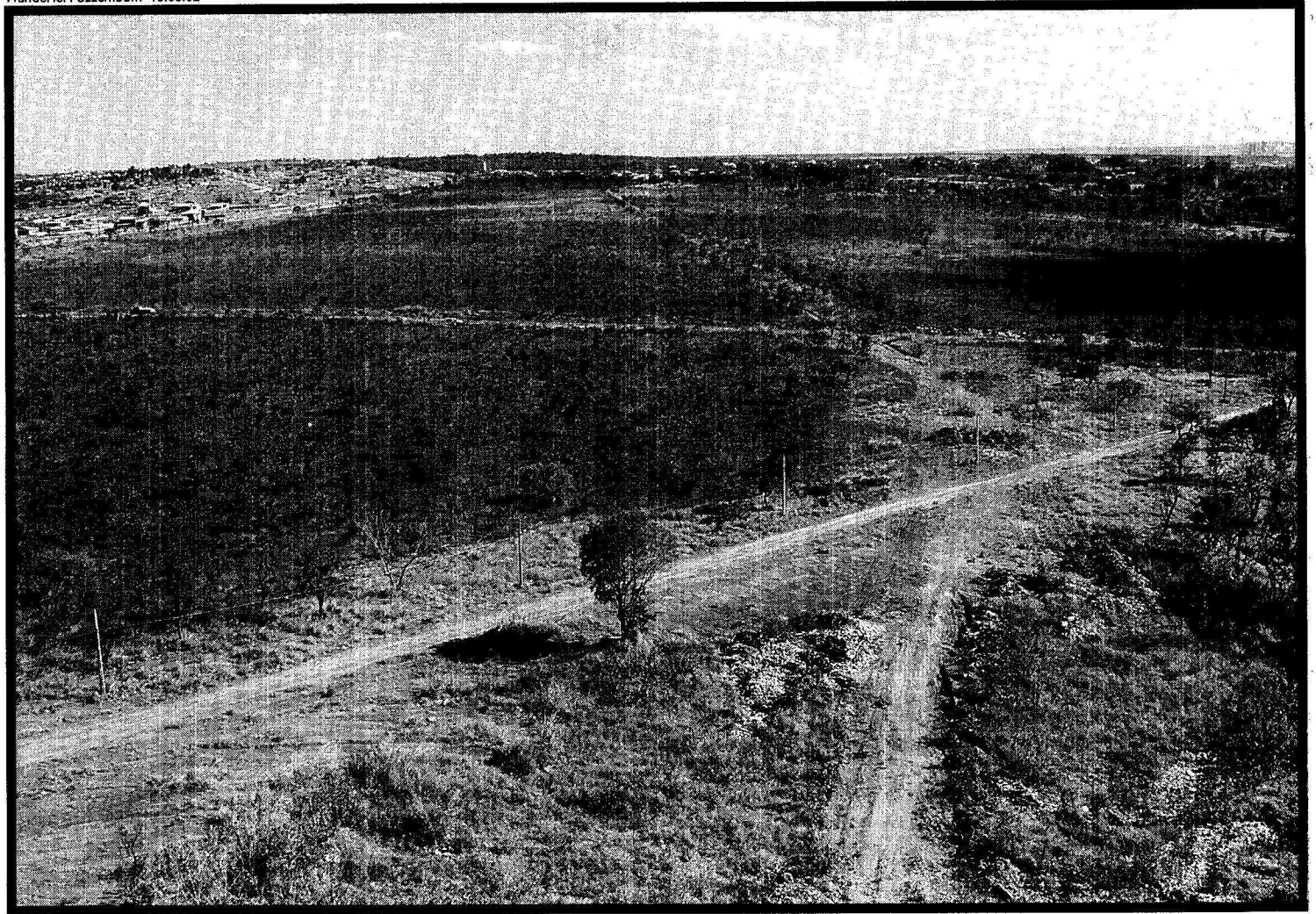
A Câmara decidiu também ampliar a investigação aberta na quarta-feira para apurar irregularidades em três projetos. O presidente da Casa, Gim Argello (PMDB), determinou que todas as propostas já aprovadas sejam avaliadas pela Assessoria de Plenário.

O Ministério Público decidiu investigar os projetos depois que o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) denunciou irregularidades em duas propostas. Segundo ele, os projetos de leis complementares (PLC) 1.253 e 1.258 receberam emendas depois de aprovados em plenário.

Outro PLC denunciado, desta vez pela deputada Maria José Maninha, é o 1.533 (veja entenda o caso). "Os condomínios são alvo de investigações do Ministério Público há muito tempo. Vamos analisar os projetos um a um para verificar se houve fraudes", afirmou Fábio Barros. A análise dos documentos não tem prazo para terminar.

A intenção do promotor era sair da Câmara ontem com pelo menos os três projetos denunciados por Rollemberg em mãos. Esbarrou, porém, na burocracia do Legislativo. Teve de protocolar um pedido formal na Presidência da Câmara e agora aguarda resposta do presidente. "Por mim, está autorizado", respondeu Gim, ao saber do pedido. "Não temos nada a esconder. Eles terão acesso a todos os projetos que quiserem."

Um dos projetos incluídos no pacote pedido pelo promotor é o que gerou a Lei Complementar 492. Enviada pelo Executivo, a proposta definia os índices de ocupação do condomínio Parque Lage, no Paranoá, mas recebeu em plenário uma emenda do deputado Benício Tavares (PTB) autorizando o parcelamento de uma área de 221 hectares atrás das QIs 27 e 29 do Lago Sul. A



O PARCELAMENTO DE UMA ÁREA DE 221 HECTARES ATRÁS DAS QIS 27 E 29 DO LAGO SUL É UM DOS PROJETOS DO PACOTE A SER INVESTIGADO PELOS PROMOTORES

emenda incentivou a comercialização de lotes na área e contrariou os interesses da Terracap, que afirma ter a posse de 127 hectares do terreno. O projeto foi revogado na quarta-feira.

## INDÍCIOS DE FRAUDE

Já a denúncia de alteração nos PLCs 1.253 e 1.258 veio à tona na terça-feira. O PLC 1.252 definiu os índices de ocupação do condomínio Jardins do Lago Quadra 9, em São Sebastião, e ganhou uma emenda autorizando o parcelamento de outro condomínio, o Mansões Alvorada, no Lago

Norte. O mesmo aconteceu com o PLC 1.258, que estabelecia os índices de ocupação apenas do condomínio Quintas Interlagos, em São Sebastião. Nele, apareceu uma emenda tratando do parcelamento Privê Morada Sul Etapa C, no Lago Sul. Os projetos originais eram do Executivo.

Rollemberg apontou vários indícios de que as emendas foram incluídas nos projetos depois da aprovação, em dezembro de 2001. Os processos originais dos projetos mostram que a numeração das páginas foi alterada com corretor de caneta. Isso teria permitido a inclusão das emendas. Também havia duas redações finais para cada proposta. Uma assinada pela Comissão de Constituição de Justiça, sem emendas. E outra, com emendas, reescrita pela Assessoria de Plenário, que não tem competência para isso. Outro indício citado por Rollemberg é que os PLCs 1.253 e 1.258 — votados em bloco com outros 44 projetos — não constam na lista de propostas que receberam emendas. A lista é única e vale para todos os projetos. Porém, a cópia anexada ao PLC 1.253 está diferente das outras: o número do projeto aparece na última linha.

A Corregedoria da Câmara iniciou a investigação das irregularidades. O relatório final será lido em plenário na quarta-feira.

## ENTENDA O CASO

Em julho do ano passado, o GDF enviou à Câmara Legislativa um pacote de projetos de lei complementar definindo índices de ocupação de 127 condomínios do Distrito Federal. Desse total, 100 foram aprovados a toque de caixa pelos distritais e sancionados pelo governador Joaquim Roriz. Os 27 restantes aguardam votação. O índice de ocupação é apenas uma das etapas de regularização de um condomínio. Não significa que a terra pode ser parcelada e ocupada. Porém, em vários condomínios que estão sub judice, as construções pipocaram.

Um levantamento sobre os projetos enviados à Câmara revelou que nenhum deles foi acompanhado de estudos técnicos, nem havia definição da área e da localização dos condomínios. As informações, segundo a arquiteta Tânia Batella, que fez o levantamento, são

essenciais para se definir o índice de ocupação dos condomínios. Tampouco havia referência sobre a situação fundiária de cada um deles. Outra irregularidade é que quase a metade dos condomínios beneficiados pelos projetos (51) possuía, à época, licença ambiental. Outros 55 não tinham informação sobre o tamanho dos lotes e 87 não definiam percentual mínimo de área pública reservada para sistema viário, equipamentos comunitários (escola, posto de saúde, posto policial) e espaços livres.

Em dezembro, representantes da Associação dos Compradores do Condomínio Privê do Lago Norte denunciaram que o projeto que definia os índices de ocupação do condomínio teria recebido emendas depois de aprovado pelos deputados distritais. A mesma denúncia, envolvendo outros dois projetos, foi apresentada esta semana pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB).

## ERI VARELLA DEPÕE HOJE

O presidente da Terracap, Eri Varella, será ouvido hoje pelo Ministério Público do Distrito Federal. Ele foi convocado a depor na Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística depois de anunciar que teria recebido ameaças do fazendeiro Márcio Passos. O motivo das ameaças, segundo Eri, foram as intervenções da Terracap para coibir o loteamento de uma área de 221 hectares atrás das QIs 27 e 29 do Lago Sul. A comercialização de lotes no terreno foi motivada pela Lei Complementar 492, que autorizou o parcelamento da área. A lei, revogada pela Câmara Legislativa na última quarta-feira, contrariou os interesses da Terracap, que se diz proprietária de 127 hectares das terras.